

Relatório de Participação em Viagem Internacional

Evento: WSIS Forum 2026 — World Summit on the Information Society Forum

Local: Genebra (Suíça) — Sede da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e Palexpo

Período: 06.07.2026 a 10.07.2026

Participante: Bianca Kremer

1. Objetivo

Compor a representação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) no evento. Acompanhar a primeira edição do WSIS Forum realizada após a conclusão da revisão WSIS+20 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, observando de que modo os compromissos firmados na Resolução A/RES/80/173 começam a ser traduzidos em processos concretos de implementação. Monitorar os debates sobre governança de dados, inteligência artificial, inclusão digital e financiamento que incidem diretamente sobre a agenda brasileira de governança da internet. Promover abertura de diálogo e viabilizar conexões para novos e futuros projetos junto à comunidade internacional multissetorial.

2. Participação no evento

O WSIS Forum 2026 foi realizado entre os dias 6 e 10 de julho de 2026, em Genebra, com sessões sediadas na União Internacional de Telecomunicações (UIT) nos dias 6 e 7 e no Palexpo entre os dias 8 e 10. A coordenação do evento cabe à UIT, que o co-organiza com a UNESCO, o PNUD e a UNCTAD, em parceria com mais de cinquenta entidades do sistema das Nações Unidas, tendo a Suíça como país co-anfitrião. Trata-se da principal plataforma multissetorial mandatada para revisar, reunir contribuições e fazer avançar as Linhas de Ação do WSIS e seus roteiros anuais, reunindo governos, setor privado, sociedade civil, comunidade técnica, academia, juventude e organizações internacionais.

A edição de 2026 teve significado particular por ser a primeira convocada após a revisão WSIS+20. Por meio da Resolução A/RES/80/173, a Assembleia Geral reconheceu o papel central do Fórum como plataforma global para o avanço da visão do WSIS e reafirmou o compromisso com uma sociedade da informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, com horizonte estendido até 2035. A resolução estabeleceu ainda mecanismos de acompanhamento: relatórios bienais de progresso, reunião de alto nível em 2027 para revisão do Pacto Digital Global e submissão do documento como contribuição à revisão da Agenda 2030 em 2030. O Fórum funcionou, portanto, como o primeiro espaço concreto de apoio aos Estados-membros no início da implementação desses compromissos.

O fio condutor de toda a semana foi a passagem da documentação de compromissos para a demonstração de implementação mensurável. Debateu-se que todos os facilitadores das Linhas de Ação deverão desenvolver roteiros orientados a resultados, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Pacto Digital Global, com conclusão prevista até 2027. A Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) enfatizou que os relatórios futuros deverão trazer evidências de implementação, análise de lacunas e recomendações de política, apoiadas em metas, indicadores e métricas. Como exemplo das dificuldades desse desenho, discutiu-se a Linha de Ação C1 sobre o papel dos governos e demais partes interessadas na promoção das TICs para o desenvolvimento, considerada ampla demais e carente de desdobramento em fluxos de trabalho mais focados.

A Trilha de Alto Nível foi ampliada nesta edição, com participação ministerial reforçada. As mesas-redondas reuniram ministros, reguladores, dirigentes empresariais, lideranças da sociedade civil, prefeitos, embaixadores e chefes de agências da ONU, oferecendo aos Estados-membros a oportunidade de articular prioridades digitais nacionais, trocar experiências de política pública e identificar áreas de ação coletiva. Esse desenho reforça a função do Fórum como interface entre os compromissos de nível político e a implementação operacional. Função que, a meu ver, só se sustenta se as declarações ministeriais forem posteriormente confrontadas com os indicadores que a própria revisão WSIS+20 passou a exigir.

A inteligência artificial atravessou praticamente toda a programação. A semana concentrou, além do Fórum, o primeiro Diálogo Global das Nações Unidas sobre Governança de IA e encontros multissetoriais paralelos, de modo que boa parte dos debates girou em torno da articulação entre esses processos e da apresentação dos achados preliminares do Painel Científico Internacional Independente sobre IA, que documentou tanto benefícios quanto danos associados à tecnologia. Entre os temas recorrentes estiveram a segurança de sistemas de IA, a discussão sobre linhas vermelhas, a concentração de mercado em infraestrutura e modelos, a capacitação técnica e os mecanismos de participação efetiva dos países em desenvolvimento. Sessões específicas trataram ainda da IA aplicada à governança climática e aos mercados de carbono, e da transformação do trabalho pela digitalização, sob o enfoque do trabalho decente.

A agenda de sustentabilidade ambiental ganhou espaço próprio e merece registro. Discutiu-se a gestão de resíduos eletrônicos, o ecodesign e a economia circular nas TICs, bem como sistemas de informação sobre produtos digitais. Ganhou relevo a demanda por metodologias capazes de mensurar a pegada ambiental da infraestrutura de IA: pauta em que a sociedade civil brasileira tem atuado de forma consistente e que dialoga diretamente com a expansão de data centers no país, seus impactos energéticos e hídricos e a discussão sobre justiça ambiental. Diálogos de alto nível fizeram a ponte entre a COP30 e a COP31, situando a transição digital como componente da transição verde.

Também estiveram em pauta o enfrentamento das divisões digitais entre e dentro dos países, a conectividade significativa em zonas remotas, o multilinguismo e a diversidade linguística nos ecossistemas digitais, a e-agricultura e a conectividade de pequenos produtores rurais, a confiança e a segurança digitais e o empoderamento de mulheres e meninas em STEM, com trilhas dedicadas a mulheres e meninas e à juventude. A questão dos mecanismos financeiros

para a implementação apareceu de forma transversal, e permanece, em minha avaliação, o ponto mais frágil de todo o arranjo: há consenso quanto às metas e escassa definição quanto a quem as financia.

Um ponto que considero especialmente relevante para o CGI.br foi o deslocamento do debate sobre participação multissetorial, que deixou de se concentrar no número de partes interessadas presentes para discutir a qualidade dessa participação e o engajamento nos níveis local e regional. É precisamente nesse terreno que a experiência brasileira tem contribuição a oferecer: o modelo de composição do Comitê Gestor, os fóruns regionais da internet e o legado do NETmundial+10 constituem repertório concreto sobre como institucionalizar a participação para além do formato de painel e de declaração. Registro isso como oportunidade de atuação e articulação para as próximas edições.

Entre as atividades de reconhecimento e engajamento, destaco os WSIS Prizes 2026, que receberam cerca de 1.600 candidaturas de mais de 120 países, das quais foram selecionados 90 projetos campeões e 18 vencedores; o concurso de fotografia, com recorde de 465 inscrições, 151 finalistas e 10 premiados; e o iSAFE Hackathon 2026, desafio global de inovação voltado a ameaças à segurança online com uso de inteligência artificial. As exposições temáticas e a programação construída por meio do Processo de Consulta Aberta reforçaram o caráter participativo da construção da agenda.

Como impressões pessoais, concluo que o WSIS Forum 2026 marca uma virada de natureza do processo: encerrado o ciclo de revisão, o desafio deixa de ser a negociação de linguagem e passa a ser a implementação verificável. Essa virada traz dois riscos que merecem acompanhamento. O primeiro é o da fragmentação institucional: WSIS, Pacto Digital Global, Diálogo Global sobre Governança de IA, Painel Científico Independente e IGF operam em calendários e mandatos distintos, e a sobreposição pode diluir responsabilidades em vez de somar capacidades. O segundo é o risco de que a exigência legítima de métricas reduza uma agenda de direitos a indicadores de conectividade e adoção tecnológica, deixando de fora dimensões como discriminação algorítmica, soberania de dados e impacto socioambiental, que são justamente as que mais interessam ao Sul Global.

O calendário imediato reforça a importância desse acompanhamento: a negociação do documento final do Diálogo Global sobre Governança de IA, as discussões subsequentes no IGF e a segunda edição do Diálogo, em 2027, definirão em boa medida o grau de efetividade dos compromissos firmados em Genebra. Recomendo, nesse sentido, a manutenção de presença brasileira articulada e continuada nesses espaços, com atenção especial à defesa do modelo multissetorial e à construção de indicadores que incorporem as prioridades dos países em desenvolvimento.